



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**

**N.º 36/2009**

**(Atualizado pela Resolução Consepe n.º 10/2019, de 27/03/2019)**

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo, *Campus* de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 07 de outubro de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a criação do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo, no *Campus* de Palmas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 07 de outubro de 2009.

Prof. Alan Barbiero  
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

*(Atualizado pela Resolução Consepe nº 10/2019, de 27/03/2019)*

**PROJETO**

**Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PALMAS - TO  
Outubro/2009**

## **1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**1.1. Nome do Curso:** Especialização em Direito Administrativo

**1.2. Grande Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**1.3. Área do Conhecimento:** DIREITO

**1.4. Unidade Responsável:** *Campus de Palmas*

**1.5. Coordenador:** Luciano Carlos Ferreira

Telefones:(63) 99819898; (63) 32157627

e-mail:lucianocarlosferreira@uft.edu.com

### **1.6. Titulação do Coordenador**

Graduado em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas - GO (1985) e mestre em Direito pela Universidade de Franca-SP (2002), especialização em Direito Processual do Trabalho pela Universidade Católica de Goiás (1995), especialização (*lato-sensu*) em Direito Tributário pela Universidade Católica de Goiás (2000), Curso de Aperfeiçoamento pela Escola Superior da Magistratura de Goiás, ESMEG, Brasil, (2004).

Desempenhou funções como profissional liberal (advogado – desde 1985), docente em cursos de graduação e pós-graduação em direito no Estado de Goiás desde 1988 (Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Unievangélica-Anápolis, Faculdade Cambury, Fundação Educacional de Anicuns, Faculdades Alves Faria-Alfa, Faculdade Araguaia).

Foi sócio da sociedade de advogados Ferreira e Frias Advogados (1999-2003), servidor público do Estado de Goiás junto ao Tribunal de Contas do Estado, lotado na Auditoria Jurídica como Analista de Controle Externo (1987 – 2009) e atua, no presente momento, na Universidade Federal de Tocantins, como professor assistente, e no Estado do Tocantins, como servidor à disposição do Governo junto à Controladoria-Geral do Estado do Tocantins onde exerce a função de analista de controle interno.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO**

### **2.1 Período de Realização**

Início: fevereiro de 2010

Término: Abril de 2011.

Nº. de meses: 15 meses

### **2.2 Tipo de Ensino**

Presencial

### **2.3 Carga Horária**

420 (quatrocentos e vinte) h/a

### **2.4 Nível**

( X ) Especialização (Resolução CNE/MECN.º 1, de 08 de junho de 2007)

( ) Aperfeiçoamento

### **2.5 Modalidade do Curso**

( X ) Modular

( ) Regular

( ) Permanente

Cada disciplina será ministrada em módulo organizado na sexta – feira, à noite; no sábado, manhã e tarde, estendendo-se ao domingo (dependendo do número de horas/aula do módulo e disponibilidade do professor)

### **2.6 Periodicidade da Oferta: Semestral**

### **2.7 Número de Vagas**

50 vagas (48 externas e 5% do número de vagas preenchidas, reservados a bolsistas ).

### **2.8 Clientela**

O curso de pós-graduação (*lato sensu*) propõe aperfeiçoar, principalmente, graduados em Direito, Ciências Contábeis, Administração e Economia, contudo, visa, também, graduados de outras áreas que necessitem de conhecimentos proporcionados pelo curso, objetivando a titulação acadêmica em nível de especialização (*lato sensu*).

### **3. OBJETIVOS DO CURSO**

- Preparação e atualização dos profissionais que atuam na área do direito administrativo, advocacia administrativa e assessoria jurídica dos órgãos e gestão pública;
- Fomentar a pesquisa e a produção científica sobre as questões interdisciplinares, envolvendo as áreas do Direito Constitucional, Administrativo;
- Preparar o profissional para solucionar casos práticos, complexos e atuais;
- Preparar candidatos para concursos públicos que exijam especialização em Direito Administrativo, como os de Procuradores, Defensoria Pública, Ministério Público e outras áreas públicas;
- Capacitar o especialista à docência no ensino superior.

### **4. NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

O curso tem como justificativa, a grande demanda de profissionais que atuam na área pública no Estado do Tocantins, seja federal, estadual ou municipal, não se esquecendo de docentes e profissionais recém formados pelas diversas instituições que circundam a região, bem como demais profissionais integrantes da clientela do curso.

É bom frisar o ineditismo do presente curso, uma vez que será a primeira especialização *lato sensu* do Curso de Direito desta instituição de ensino superior-IFES.

## 5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

### 5.1 Corpo Docente/Titulação/Módulos/Créditos/Carga Horária

PROFESSORES	TITULAÇÃO	MÓDULO A SER MINISTRADO	Créditos	CH
José Manoel Miranda de Oliveira	Mestre	Perspectivas Filosóficas de Construção do Estado e do Direito	1	15
Renato Amoedo Nadier Rodrigues	Mestre - Doutorando	Direito Constitucional	2	30
Breno de Oliveira Simonassi	Especialista	Teoria Geral dos Princípios	1	15
Aline Sueli de Salles Santos	Mestre - Doutoranda	Conceito de Administração Pública	1	15
Aline Sueli de Salles Santos	Mestre- Doutoranda	Direito Administrativo	2	30
Luciano Carlos Ferreira	Mestre	Direito Administrativo II	3	45
João Aparecido Bazolli	Mestre	Direito Urbanístico I	2	30
Ângela Issa Haonat	Mestre - Doutoranda	Direito Urbanístico II	1	15
Vinicius Pinheiro Marques	Especialista	Instrumentos Jurídicos de Gestão Pública	1	15
Ubirajara Coelho Neto	Doutor	Processo Constitucional, Processo contra a Fazenda Pública e os Precatórios	2	30
Gustavo Henrique de Souza Vilela	Mestre	Regime Jurídico dos Servidores Públicos e os Processos Administrativos	3	45
Shirley Silveira Andrade	Mestre	Improbidade Administrativa e	1	15
Silvalino Ferreira de Araújo	Mestre	Responsabilidade civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos	1	15
Luciano Carlos Ferreira	Mestre	Leis Orçamentárias,	2	30

		Responsabilidade Fiscal, Fiscalização dos Tribunais de Contas e Procedimentos Processuais		
<b>Joilma Fortes Leão Moura</b>	Mestre	Metodologia da Pesquisa e Preparação para a Monografia	1	15
<b>José Damião Trindade Rocha</b>	Mestre - Doutorando	Docência Universitária	4	60
		<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>420</b>

### **Avaliação TCC**

#### Professores

- Aline Sueli de Salles Santos
- Joilma Fortes Leão Moura
- Gustavo Henrique de Souza Vilela
- Luciano Carlos Ferreira
- João Aparecido Bazolli
- Renato Amoedo Nadier Rodrigues
- Shirley Silveira Andrade
- Ubirajara Coelho Neto
- José Manoel Miranda de Oliveira
- José Damião Trindade Rocha
- Ângela Issa Haonat

#### **RESUMO:**

- N° Total de Professores: 14
- N° Professor Doutor: 01
- N° Professores Mestres 11
- N° Professores Especialistas 02

### **5.2 Processo Seletivo**

### **a) Inscrição para seleção**

**Período:** 20/11/2009 a 15/12/2009

**Local:** *Campus* de Palmas

**Horário:** das 14:00 h as 20:00 h

**Requisitos:** Formulário de Inscrição;

- (cópia autenticada) Diploma do curso superior e do histórico escolar do curso de Bacharelado regularmente aprovado pelo Ministério da Educação
- *Curriculum Vitae* documentado;
- 2 foto 3x4;
- (cópia autenticada) Carteira de Identidade;
- (cópia) Certidão Civil (nascimento ou casamento);
- (cópia) Certificado Reservista (sexo masculino);
- (cópia) Título de Eleitor + comprovante de votação
- **Valor :R\$ 52,00**

### **b) Seleção**

**Período:** 17/12/2009 e 18/12/2009

**Local:** *Campus* de Palmas

**Horário:** das 14:00 h às 22:00 h de segunda à sexta-feira

**Forma adotada:**

( X) Entrevista

(X ) *Curriculum Vitae*

( ) Indicação do Empregador

(x) Outra: Havendo mais de 50 (cinquenta) inscrições, poderá ser aplicada uma prova objetiva sobre aspectos gerais do direito administrativo.

Os candidatos não selecionados deverão providenciar a retirada de seus documentos na Secretaria do curso, até 30 (trinta) dias contados a partir de 11.2.2010 e, findo este prazo, os documentos serão enviados à reciclagem.

### **c) Matrículas**



**Período:** 11/02/2010 a 19/02/2010

**Local:** *Campus* de Palmas

**Horário:** das 14:00 h as 20:00 h de segunda à sexta-feira

**Valor:** R\$ 251,00

### 5.3 Critérios de Avaliação

#### a) Dos alunos:

(x ) Provas

(X ) Seminários

( x ) Trabalhos Finais de Disciplinas

(X ) Monografia ou Artigo Científico

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

Conceito	Aproveitamento	NOTA FINAL entre	AVALIAÇÃO
A	Excelente	9,0 a 10	com direito a crédito
B	Bom	7,0 a 8,9	com direito a crédito
C	Regular	5,0 a 6,9	sem direito a crédito
D	Deficiente	3,0 a 4,9	sem direito a crédito
I	Insuficiente	0,0 a 2,9	sem direito a crédito

Os critérios para aprovação dos alunos serão os adiante elencados:

I. Haver cursado no mínimo 420 horas;

II. Obter frequência mínima de 75% em cada disciplina;

a) A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo a relação dos alunos matriculados. Cada professor será o responsável

para controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até 5 dias após o encerramento das aulas.

III. Obter média igual ou superior a “B”, em cada disciplina;

IV. Obter aprovação do TCC com conceito não inferior a “B”;

V. A confecção e entrega de certificados dar-se-á da maneira seguinte:

a) deverão ser registrados no setor de Registro de Diplomas da UFT mencionando a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deverá constar, obrigatoriamente: a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; o período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; o título do trabalho de conclusão do curso e o conceito obtido.

b) Das disciplinas e do Curso

(X) Ficha de Avaliação (*Formulário*)

( ) Outros

#### 5.4 Cronograma de Funcionamento

PROFESSORES / IES vinculado	TÍTULO: Dr., MSc., Esp.	MÓDULO A SER MINISTRADO	Datas das aulas 2010 e 2011	CH
José Manoel Miranda de Oliveira (UFT)	Mestre	Perspectivas Filosóficas de Construção do Estado e do Direito	Fev: 26, 27	15
Renato Amoedo N. Rodrigues (UFT)	Mestre	Direito Constitucional	Mar: 12, 13, 26, 27	30
Breno de Oliveira Simonassi (UFT)	Esp	Teoria Geral dos Princípios	Abril: 9, 10	15
Aline Sueli de Salles Santos (UFT)	Mestre	Conceito de Administração Pública	Abril: 23, 24	15
Aline Sueli de Salles Santos (UFT)	Mestre	Direito Administrativo	Mai: 7, 8, 21, 22	30

Luciano Carlos Ferreira (UFT)	Mestre	Direito Administrativo II	Jun: 4,5, 18,19 Ago: 6,7	45
João Aparecido Bazolli (UFT)	Mestre	Direito Urbanístico I	Ago:20,21 Set: 3,4	30
Ângela Issa Haonat (UFT)	Mestre	Direito Urbanístico II	Set: 17,18	15
Vinícius Pinheiro Marques (UFT)	Esp	Instrumentos Jurídicos de Gestão Pública	Out: 1,2	15
Ubirajara Coelho Neto (UFT)	Doutor	Processo Constitucional, Processo contra a Fazenda Pública e os Precatórios	Out: 15,16, 29,30	30
Gustavo Henrique de S. Vilela (UFT)	Mestre	Regime Jurídico dos Servidores Públicos e os Processos Administrativos	Nov:12,13,2 6,27 Dez:10,11	45
Shirley Silveira Andrade (UFT)	Mestre	Lei de Improbidade Administrativa	Fev 2011	15
Silvalino Ferreira de Araújo (UFT)	Mestre	Responsabilidade civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos	Fev 2011	15
Luciano Carlos Ferreira (UFT)	Mestre	Leis Orçamentárias, Responsabilidade Fiscal, Fiscalização dos Tribunais de Contas e Procedimentos Processuais	Mar 2011	30
Joilma Fortes Leão Moura (UFT)	Mestre	Metodologia da Pesquisa e Preparação para a Monografia	Mar 2011	15
José Damião Trindade Rocha (UFT)	Mestre	Docência Universitária	Mar 2011 Abr 2011	60

OBS: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a excelência didático metodológica do curso.

## **5.5 Ementas, Objetivos, Metodologias e Bibliografias das Disciplinas.**

### **5.5.1 Disciplina: Perspectivas Filosóficas de Construção do Estado e do Direito**

**Professor:** José Manoel Miranda de Oliveira

**Carga horária:** 15 horas/aula

**Ementa:** Filosofia e as experiências de Estado dos Gregos e dos Romanos. Filosofia e os Conceitos de Estado a partir do Renascimento. Evolução dos conceitos de Filosofia e de Estado a partir da Revolução Francesa. O Positivismo e o Estado Capitalista Burguês. A Crise de Paradigmas em relação ao Estado. Estado, Práxis e Urbanidade.

#### **OBJETIVOS**

- Fundamentar as diversas fases do estado a partir das correntes e tendências da filosofia;
- Entender os diversos conceitos de filosofia e de estado;
- Conhecer as diferenças históricas da filosofia e do estado;
- Distinguir as categorias filosóficas que direta ou indiretamente modificaram os conceitos de estado;
- Relacionar os conceitos de esfera pública em Habermas com as crises do estado no capitalismo tardio;
- Discutir a urbanidade e a práxis em relação ao estado burguês.

#### **METODOLOGIA**

As aulas terão componentes expositivos, dialogados, Socialização ou Seminários.

#### **BIBLIOGRAFIA**

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Textos sobre a esfera pública**.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_, **Dicionário de Política**. 5ª edição. Brasília-DF: Editora da UnB, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Fontes do Pensamento Político em GRAMSCI**. Porto Alegre: L& PM, 1981.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição, 1985.

### **5.5.2 Disciplina: Direito Constitucional**

**Professor:** Renato Amoedo N. Rodrigues

**Carga horária: 30 horas-aula**

**Ementa:** A Constituição e o Poder Constituinte. Os direitos fundamentais e sociais. A Organização dos Poderes e suas competências. O processo legislativo. O sistema federativo e os entes federativos e sua autonomia. Orçamento e fiscalização. Os servidores públicos. A ordem econômica. O controle da constitucionalidade.

### **OBJETIVOS**

Oferecer aos alunos conhecimentos das diversas constituições nacionais e suas funções nos determinados períodos de duração. Demonstrar a predominância do direito constitucional sobre as outras disciplinas, principalmente com relação à constitucionalização do direito.

### **METODOLOGIA**

Aulas Expositivas; Trabalhos expositivos, debates e seminários.

### **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.3 Disciplina: Teoria Geral dos Princípios (Conflitos de Direitos e Normas).**

**Professor:** Breno de Oliveira Simonassi

**Carga horária: 15 horas-aula**

**Ementa:** Conceito de princípio jurídico. Fundações dos princípios na ordem jurídica. Princípios e regras. Colisão de princípios. Ponderação e subsunção. Direitos fundamentais e princípios.

#### **OBJETIVO**

Trazer para os alunos uma visão clara sobre as funções dos princípios, de forma a aprimorar a compreensão e função dos mesmos na atuação do agente público.

#### **METODOLOGIA**

Aulas Expositivas; Trabalhos expositivos, debates e seminários

#### **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

#### **5.5.4 Disciplina: Conceito de Administração Pública**

**Professor: Aline Sueli de Salles Santos**

**Carga horária: 15 horas-aula**

**Ementa:** Conceito de administração pública. Conceito de Estado. Formas de governo. Sistemas de governo. Governo e administração pública. Administração clássica e a necessidade de ampliar as políticas públicas (eficiência) (Espacialidade pública e privada). Formas de administração pública. As reformas da administração pública no Brasil.

#### **OBJETIVO**

Refletir sobre o papel e configuração que a Administração Pública assume nos diferentes momentos do Estado de Direito, em especial o brasileiro.

#### **METODOLOGIA**

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do Direito Administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DALLARI, Maria Paula Bucci. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Parcerias na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser Gonçalves; SPINK, Peter Kevin (org.) **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. Ed. São Paulo: FGV, 2008

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan. **Ciência política & Teoria do Estado**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

### **5.5.5 Disciplina: Direito Administrativo I**

**Professor:** Aline Sueli de Salles Santos

**Carga horária: 30 horas-aula**

**Ementa:** Administração pública direta e indireta. Princípios da administração pública. Poderes da administração pública. Atos da administração pública. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos, revogação e anulação. Processo administrativo. Controle da administração pública. Bens públicos. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico.

### **OBJETIVO**

Iniciar os estudos dos institutos do Direito Administrativo, com foco na organização da Administração Pública, seus limites, controle e formas de atuação.

### **METODOLOGIA**



A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

## **BIBLIOGRAFIA**

BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do Direito Administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

FREITAS, Juarez de. **O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

ZANCANER, Weida. **Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008

### **5.5.6 Disciplina: Direito Administrativo II**

**Professor: Luciano Carlos Ferreira**

**Carga horária: 45 horas-aula**

**Ementa:** Licitações e contratos administrativos. Lei Federal 8.666. Finalidade das

licitações. Princípios das licitações. Objeto da licitação. Obrigatoriedade. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades de licitações. Fases das Licitações. Anulação e revogação da licitação. Sanções penais. Contratos administrativos. Instrumentos e conteúdos dos contratos. Modalidades de garantia. Execução dos contratos administrativos. Revisão dos contratos, revogação e renovação. Principais contratos administrativos. Responsabilidade administrativa e civil em decorrência dos contratos administrativos.

## **OBJETIVO**

Trazer para os alunos uma visão direta e objetiva sobre os temas tratados, de forma a aprimorar a gestão dos serviços e da administração pública.

## **METODOLOGIA**

Aulas expositivas; Dinâmica de grupos utilizando situações do dia-a-dia da administração pública; trabalhos expositivos, debates e seminários.

## **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

CHIARADIA, Benedito Dantas. **O Novo Código Civil e os Contratos Administrativos da Lei 8666/93**

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

----- – **Das licitações públicas**, Rio de Janeiro: Forense 1995.

DALLARI, Adilson Abreu – **Aspectos Jurídicos da Licitação**. São Paulo. Saraiva.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo:

Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.7 Disciplina: Direito Urbanístico**

**Professor:** João Aparecido Bazolli

**Carga horária: 30 horas-aula**

#### **Ementa:**

Direito Municipal e Urbanístico na Constituição Federal e no Código Civil. Instrumentos Urbanísticos da Lei Orgânica Municipal. Estatuto das Cidades. Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano. Plano Diretor do Município. Lei Municipal de Uso e Ocupação do solo urbano. Instrumentos Urbanísticos do Código de Obras e de Posturas do Município.

#### **OBJETIVO**

Refletir sobre o papel que a Administração Pública assume na humanização da cidade no contexto urbanístico, fazendo com que o aluno perceba a influência do legislativo e da sociedade para construção de uma cidade sustentável.

#### **METODOLOGIA**

Aulas expositivas; dinâmica de grupos utilizando situações do dia-a-dia da administração pública; trabalhos expositivos, debates e seminários.

#### **BIBLIOGRAFIA**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São

Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.8 Disciplina: Direito Urbanístico II**

**Professor:** Ângela Issa Haonat

**Carga horária: 15 horas-aula**

**Ementa:** Desenvolvimento Sustentável, Meio ambiente: natural, cultural e artificial. Direito ambiental e seus princípios informadores. Direito ambiental constitucional, Política Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade civil e administrativa ambiental. Crimes ambientais. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. Controles ambientais. Legislação Ambiental Estadual e Intervenção urbanística e o Meio Ambiente.

#### **OBJETIVO**

Refletir sobre a influência do meio ambiente para o bem-estar da população. Demonstrar as formas de conter as políticas voltadas para a degradação do ambiente e meios de relacionar o crescimento urbanístico com a preservação do meio ambiente.

#### **METODOLOGIA**

Aulas expositivas; dinâmica de grupos utilizando situações do dia-a-dia da administração pública; Trabalhos expositivos, debates e seminários.

#### **BIBLIOGRAFIA**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.9 Disciplina: Instrumentos Jurídicos de Gestão Pública**

**Professor:** Vinícius Pinheiro Marques

**Carga horária: 15 horas-aula**

**Ementa:** Serviços públicos. Serviços centralizados, serviços autorizados, serviços transpassados, serviços delegados e serviços em mútua cooperação. Convênios e consórcios. Consórcios administrativos. Organizações sociais. Contratos de gestão. Organizações não governamentais. Terceirização: Concessão, Autorizações, privatizações. Parcerias público-privadas. Empresas de economia mista. Fundações. Outros instrumentos de gestão.

#### **OBJETIVO**

Demonstrar aos alunos a forma do estado prestar o serviço público de forma legal e eficiente, não só pela administração direta, como também por meio da administração indireta e paraestatais.

#### **METODOLOGIA**

Aulas Expositivas; Dinâmica de Grupos utilizando situações do dia-a-dia da administração pública; Trabalhos expositivos, debates e seminários.

#### **BIBLIOGRAFIA**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

#### **5.5.10 Disciplina: Processo Constitucional, Processo contra a Fazenda Pública e os Precatórios**

**Professor:** Ubirajara Coelho Neto

**Carga horária: 30 horas-aula**

**Ementa:** Direito processual constitucional. Princípios constitucionais. Jurisdição constitucional. Controle constitucional. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Hábeas corpus e hábeas data. Ação civil pública. Ação popular. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Arguição de preceito fundamental. Processo Contra a Fazenda Pública e os Precatórios: Legitimidade ativa e passiva. Procedimentos. Prazos processuais. Prescrição e decadência. Execução. Requisição de pequeno valor. Razão dos precatórios. Ordem dos precatórios. Pagamento dos precários. Compensação dos precatórios.

#### **OBJETIVO**

Oferecer aos alunos plena capacitação quanto à aplicação dos princípios do processo constitucional no controle ou limite do estado, especialmente quanto aos atos caracterizadores do abuso de direito. Trazer de forma clara, os procedimentos para recebimento de indenização em que o estado seja devedor.

#### **METODOLOGIA**

Aulas expositivas; dinâmica de grupos utilizando processos fictícios para uma melhor visualização da seqüência dos atos processuais; Trabalhos expositivos, debates e seminários.

## **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

**CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DIDIER JR. Fredie. **Ações constitucionais**. 2.ed., Salvador: JusPodivm, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.11 Disciplina: Regimes Jurídicos dos Servidores Públicos. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar**

**Professor:** Gustavo Henrique de S. Vilela

**Carga horária: 45 horas-aula**

**Ementa:** Conceito de servidores públicos. Regimes jurídicos (Estatutário e CLT).

Agentes políticos. Acessibilidade aos cargos, funções e empregos públicos. Edital de concurso público (vinculado à lei). Concurso Público. Etapas de acesso: nomeação, posse, exercício e estágio probatório. Direitos e deveres. Penalidades e demissão dos servidores públicos. Poderes e deveres da Administração Pública. Processo administrativo. Conceito. Sindicância e Processo administrativo Disciplinar. Observância aos princípios constitucionais da administração pública. Princípio do contraditório e da ampla defesa. Princípios do processo administrativo. Fases do processo administrativo. Motivação. Recursos. Revisão. Prova dos motivos. Lei Federal nº 9.784 de 29/01/99. Prescrição.

## **OBJETIVO**

Oferecer aos alunos os elementos caracterizadores do vínculo celetista e estatutário de forma a permitir a compreensão dos direitos e deveres de cada um dos regimes. Trazer de forma clara a sequência de atos do processo administrativo disciplinar para se chegar ao seu ápice, qual seja, sugestão ao superior hierárquico, da pena ou absolvição do agente administrativo.

## **METODOLOGIA**

Aulas expositivas; dinâmica de grupos utilizando processos fictícios para uma melhor visualização da seqüência dos atos processuais; trabalhos expositivos, debates e seminários

## **BIBLIOGRAFIA**

- CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.
- CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- DIDIER JR. Fredie. **Ações constitucionais**. 2.ed., Salvador: JusPodivm, 2007.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.



MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

#### **5.5.12 Disciplina: Lei de Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos**

**Professor(s):** Shirley Silveira Andrade

**Carga horária: 15 horas-aula**

**Ementa:** Crimes de improbidade administrativa previsto na Lei 8.429/92. Decreto – Lei 201/67. Infrações político-administrativas. Infrações éticas dos agentes políticos. Penalidades.

#### **OBJETIVO**

Oferecer aos alunos os meios de se aplicar os princípios da lei de improbidade no controle ou limite do estado, especialmente quanto aos atos caracterizadores do abuso de direito. Trazer de forma clara, os procedimentos para sanção ao agente público ou de quem faça às vezes.

#### **METODOLOGIA**

Aulas expositivas; dinâmica de grupos utilizando processos fictícios para uma melhor visualização da seqüência dos atos processuais; Trabalhos expositivos, debates e seminários.

#### **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DIDIER JR. Fredie. **Ações constitucionais**. 2.ed., Salvador: JusPodivm, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed, São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed, São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.13 Disciplina: Lei de Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos**

**Professor(s):** Silvalino Ferreira de Araújo

**Carga horária: 15 horas-aula**

**Ementa:** Responsabilidade civil da administração pública e dos agentes públicos. Responsabilidade administrativa dos servidores públicos. Responsabilidade civil por atos de improbidade administrativa.

#### **OBJETIVO**

Demonstrar de forma ampla e por meio de processo fictício, as formas de responsabilizar o agente público por atos de improbidade.

## **METODOLOGIA**

Aulas Expositivas; Dinâmica de Grupos utilizando processos fictícios para uma melhor visualização da sequência dos atos processuais; Trabalhos expositivos, debates e seminários.

## **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DIDIER JR. Fredie. **Ações constitucionais**. 2.ed., Salvador: JusPodivm, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

### **5.5.14 Disciplina: Leis Orçamentárias e Responsabilidade Fiscal. A Fiscalização do Tribunal de Contas e os Procedimentos Processuais**

**Professor(s):** Luciano Carlos Ferreira

### **Carga horária: 30 horas-aula**

**Ementa:** As leis orçamentárias como instrumento de gestão a curto e médio prazo. Leis orçamentárias. Iniciativa. Aprovação. Emendas legislativas. Lei de responsabilidade fiscal. Fiscalização do Tribunal de Contas. Jurisdição e competência. Regimento interno. Processo e procedimentos. Julgamento, decisão e vinculação. Penalidades. Revisão pelo Poder Judiciário.

### **OBJETIVOS**

- Oferecer aos alunos noções sobre o Estado e seus instrumentos de planejamento e controle das receitas e despesas públicas. Proporcionar aos participantes uma visão geral da Lei de Responsabilidade Fiscal e de seus impactos na administração e nas finanças públicas; e
- Discutir e interpretar os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, suas implicações e punições associadas, bem como, identificar os procedimentos a serem adotados pela Administração Pública para assegurar a sua observância

### **METODOLOGIA**

A disciplina será apresentada através de aulas expositivas apoiadas em *data show* ou transparências, com discussão interativa do texto da Lei e incentivo ao debate. No decorrer das aulas serão introduzidas algumas aplicações práticas, a serem desenvolvidas em grupos.

### **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 3. ed., Coimbra: Almedina, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

CRUZ, Flávio. **Comentários à lei nº 4.320/64**. Atlas, São Paulo

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2005

MACHADO JR., J. Teixeira e Reis, Heraldo da Costa. **Lei 4.320, de 17-3-1964**. 31. ed. Rio de Janeiro: IBRAM, 2003

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 3. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed., São Paulo: Malheiros editores, 1995.

SILVA NETO. Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

#### **5.5.15 Disciplina: Metodologia da Pesquisa e preparação para a monografia**

**Professor(s):** Joilma Fortes Leão Moura

**Carga horária: 15 horas-aula**

#### **EMENTA**

Desenvolver no aluno uma visão crítica e criativa inerente à pesquisa científica, de forma a despertar o espírito investigativo. Criar condições para a compreensão do método científico e formas de elaborar trabalhos acadêmicos condizentes com as normas da ABNT. Implementar no aluno a capacidade para elaboração de projetos de pesquisa buscando dar suporte para a elaboração de trabalhos monográficos.

#### **OBJETIVO**

Fornecer ao aluno o instrumental científico e metodológico básico para o desenvolvimento de seus estudos, procurando Metodologia Científica uma ferramenta capaz de servir ao estudo de diferentes níveis do conhecimento, permitindo um maior subsídio as tarefas pressupostas de um trabalho científico.

#### **METODOLOGIA**

A disciplina será ministrada por meio de aulas expositivas, debates e estudos de casos práticos.

## **BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO, MARIA CECÍLIA MARINGONI(org) **Construindo o Saber: metodologia científica: Fundamentos e técnicas**. 4.ed., Campinas-SP: Papyrus, 1994, 175p.

CERVO, A. L. BERVIAM, P.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 1996. 209p.

RUIZ, J.<sup>a</sup> **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

FERNANDES, A.M **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro :Relume - Dumará, 1994.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo. McGrawhill do Brasil, 1977.

LAKATOS, E.M. Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica** São Paulo, Edit. Atlas, 1993.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias** São Paulo, Editora Atlas, 1991.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: Guia para eficiência nos estudos**. São Paulo, Editora Atlas, 1993.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo, Editora Atlas, 1986.

### **5.5.16 Disciplina: DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**Professor(s):** José Damião Trindade Rocha

**Carga horária: 60 horas-aula**

## **EMENTA**

A relação educação/sociedade/instituição de ensino e a prática pedagógica docente. Princípios básicos de organização didática no ensino superior. Breve história do ensino superior no Brasil. Dimensões constitutivas do ensino. Instrumentos básicos para a metodologia do ensino superior: planejamento e elementos basilares (objetivo, conteúdos, metodologia e avaliação). Disciplinaridade e interdisciplinaridade. Novas tendências do ensinar a investigar e o investigar ensinando no ensino superior.

## **OBJETIVOS**

Proporcionar condições fundamentais aos profissionais de teoria e prática do ensino superior a partir da importância do planejamento da ação docente e do desenvolvimento de atitudes de habilidade crítico-investigativa na docência.

## **METODOLOGIA**

As dimensões intencionais da avaliação circunscrevem-se ao redor do eixo da processualidade contínua, isto é, a partir do conjunto de conteúdos trabalhados e intencionais. Para fins quantitativos regimentais, aplicar-se-á atividades de verificação de aprendizagem.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos & ALVES, Leonir Pessate (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.** Joinville, SC: UNIVILLE, 2003.

BRASIL, **Constituição 1988.** Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. **Lei 9.394 de 23 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CASTANHO, Sérgio. & CASTANHO, Maria Eugênia. (Orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior.** Campinas: São Paulo: Papyrus, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 10 ed., SP: Paz e Terra, 1999.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** 4 ed., SP: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8 ed., SP: Ática, 2002.

Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 2 ed., SP: Ática, 1995.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. 4 ed., SP: Martins Fontes, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 12 ed., SP: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. SP: Cortez, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro**. 3 ed., SP: FTD, 1996.

MOREIRA, Daniel Augusto Moreira (Org.). **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. SP: Pioneira, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. & ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 2 ed., SP: Cortez, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 4 ed., SP: Cortez, 1995.

SACRISTAN, J. **Compreender e transformar o ensino**. RS: Artes Médicas, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. RJ: Vozes, 2002.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre, RS; Artmed, 2004.

### **Atividades complementares**

**Ementa:** O projeto prevê várias atividades complementares e interdisciplinares, como palestras sobre cassação de mandato dos agentes políticos, improbidade administrativa, importância das audiências públicas, bem como visita dos alunos a Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado, Tribunal de Contas e Fazenda Pública para pesquisa.

### **5.6 Metodologia de Ensino (Descrição e Justificativa)**



Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na biblioteca da UFT. Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no *Campus* de Palmas para o corpo docente.

As aulas serão ministradas, conforme cronograma do curso devidamente aprovado, as quais constarão de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.

Este curso de Pós-Graduação, em nível de especialização em Direito Administrativo, obedece as normas estabelecidas pela Resolução 01, de 8 de junho de 2007. Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização.

A dispensa de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante:

- a) apresentação de requerimento e comprovante de recolhimento de taxa;
- b) corresponder à carga horária e ao conceito de avaliação;
- c) tenha cursado no período de até dois anos da data de início do curso;
- d) Análise e aprovação da Coordenação do Curso.

Os critérios para aprovação nas disciplinas serão testes, provas e outras formas de avaliação, sendo o rendimento do aluno avaliado na forma do disposto na Resolução C /MEC n. 01/2007

## **5.7 Dados Relativos ao Corpo Docente**

### **a) Informações gerais:**

- N<sup>o</sup> total de docentes que ministrarão o curso: 14
- N<sup>o</sup> docentes pertencentes ao quadro da UFT: 14

Titulação:

- N<sup>o</sup> de especialistas: 02
- N<sup>o</sup> de mestres: 11
- N<sup>o</sup> de doutores: 01

b) *Curriculum Vitae* do corpo docente (anexo I)

## **5.8 Recursos Físicos e Materiais**

#### **- Salas Destinadas ao Curso**

- 01 sala de aula com capacidade para 50 alunos;
- 01 Biblioteca na UFT;
- Sala da coordenação do curso;
- Secretaria Acadêmica/ Protocolo / Tesouraria.

#### **- Multimeios**

Data show, retroprojetores e laboratório de informática

### **5.9 Estrutura Virtual**

Para apoiar as diferentes atividades acadêmicas do curso, planejamos ainda a disponibilização por meio de um sítio na internet. Esta estrutura virtual terá a função de ser um espaço aglutinador do debate, bem como de propiciar a troca de informações e conhecimentos. Também serão disponibilizadas ferramentas administrativas para o acompanhamento, por parte dos alunos, de questões do seu interesse (frequências, notas, horários e local das aulas).

### **5.10 TCC - Monografia**

A entrega da monografia é condição essencial para o recebimento do certificado de conclusão do curso. O prazo de entrega é de 60 dias após o último módulo. Os critérios para elaboração serão disciplinados quando da realização do módulo XV- Metodologia da Pesquisa e Produção Científica e cada participante terá um orientador.

No TCC, o aluno deverá alcançar a média 7,0 (sete) para aprovação. Caso a nota fique entre 5,0 e 6,9, o aluno terá 30 dias para corrigir os erros indicados pelo orientador/examinador. Caso a nota seja menor que 5,0 (cinco), o aluno estará reprovado no TCC e deverá matricular-se novamente na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica.

Em caso de reprovação em qualquer disciplina, inclusive no TCC, antes de efetuar a matrícula, o aluno deverá efetuar o pagamento da mesma.

### 5.11 Emissão de Certificados

Os Certificados do curso serão expedidos pela PROPESQ/UFT.

### 5.12 Indicadores de Desempenho do Curso

Os indicadores fixados para a avaliação global do programa de pós-graduação são os seguintes :

- a) Grau de excelência;
- b) Satisfação dos alunos medida pela ficha de avaliação aplicada ao final de cada módulo, em que se avaliam os objetivos da disciplina, os conteúdos, a metodologia adotada na disciplina, o desempenho do professor, os equipamentos e instalações, entre outros.;
- c) O número de alunos que concluem o curso;
- d) Índice médio de evasão admitido;
- e) Titulação dos Professores e Produção Científica dos alunos;
- f) Média de desempenho dos alunos;
- g) Número e aproveitamento de egressos no mercado de trabalho relativo ao curso.

## 6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

<b>6.1 Identificação do projeto</b>	
<b>Curso</b>	<b>Pós-Graduação em Direito Administrativo</b>
<b>Natureza</b>	<b>Lato-Sensu</b>
<b>Período de Realização</b>	<b>Fevereiro de 2010 a abril de 2011</b>
<b>Modalidade</b>	<b>Modular</b>
<b>n. vagas</b>	<b>48</b>
<b>n. de bolsas</b>	<b>2</b>

<b>6.2 Previsão de receita</b>	
<b>Alunos</b>	<b>Valor</b>
<b>Inscrição: R\$ 52,00 X 50</b>	<b>R\$ 2.600,00</b>
<b>Matrícula: R\$ 251,00 X 50</b>	<b>R\$ 12.550,00</b>
<b>Mensalidade: R\$ 267,50 X 48 X 14</b>	<b>R\$ 179.760,00</b>
<b>Financiamento ou contrato com órgão público</b>	<b>R\$</b>

<b>Total</b>	<b>R\$ 194.910,00</b>
--------------	-----------------------

<b>6.3 Previsão de despesas</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
<b>Serviços de apoio</b>	<b>R\$ 28.700,00</b>
<b>Professores efetivos</b>	<b>R\$ 47.500,00</b>
<b>Tributos</b>	<b>R\$ 16.360,00</b>
<b>Diversos</b>	<b>R\$ 28.159,20</b>
<b>Fapto</b>	<b>R\$ 18.300,00</b>
<b>Possível inadimplência</b>	<b>R\$ 50.400,00</b>
<b>Reserva para imprevistos</b>	<b>R\$ 5.490,80</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 194.910,00</b>

## 7. DETALHAMENTO DAS DESPESAS

### 7.1 Serviços de apoio

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Meses</b>	<b>Custo mensal</b>	<b>Total</b>
<b>Luciano C.Ferreira</b>	<b>Coordenador</b>	<b>14</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>	<b>R\$ 21.000,00</b>
	<b>Secretária</b>	<b>14</b>	<b>R\$ 550,00</b>	<b>R\$ 7.700,00</b>
	<b>Motorista</b>	<b>14</b>	<b>R\$ 100,00</b>	<b>R\$ 1.400,00</b>
	<b>Copeira</b>	<b>14</b>	<b>R\$ 300,00</b>	<b>R\$ 4.200,00</b>
			<b>Subtotal =</b>	<b>R\$ 28.700,00</b>

### 7.2 – Professores/Módulos

<b>PROFESSORES</b>	<b>TITULAÇÃO E CUSTO</b>	<b>MÓDULO</b>	<b>CH</b>	<b>Custo total</b>
<b>José Manoel Miranda de Oliveira</b>	Mestre R\$ 90,00	Perspectivas Filosóficas de Construção do Estado e do Direito	15	R\$ 1.350,00
<b>Renato Amoedo Nadier Rodrigues</b>	Mestre R\$ 90,00	Direito Constitucional	30	R\$ 2.700,00
<b>Breno de Oliveira Simonassi</b>	Especialista R\$ 70,00	Teoria Geral dos Princípios	15	R\$ 1.050,00

<b>Aline Sueli de Salles Santos</b>	Mestre R\$ 90,00	Conceito de Administração Pública	15	R\$ 1.350,00
<b>Aline Sueli de Salles Santos</b>	Mestre R\$ 90,00	Direito Administrativo	30	R\$ 2.700,00
<b>Luciano Carlos Ferreira</b>	Mestre R\$ 90,00	Direito Administrativo II	45	R\$ 4.050,00
<b>João Aparecido Bazolli</b>	Mestre R\$ 90,00	Direito Urbanístico I	30	R\$ 2.700,00
<b>Ângela Issa Haonat</b>	Mestre R\$ 90,00	Direito Urbanístico II	15	R\$ 1.350,00
<b>Vinícius Pinheiro Marques</b>	Especialista R\$ 70,00	Instrumentos Jurídicos de Gestão Pública	15	R\$ 1.050,00
<b>Ubirajara Coelho Neto</b>	Doutor R\$ 100,00	Processo Constitucional, Processo contra a Fazenda Pública e os Precatórios	30	R\$ 3.000,00
<b>Gustavo Henrique de Souza Vilela</b>	Mestre R\$ 90,00	Regime Jurídico dos Servidores Públicos e os Processos Administrativos	45	R\$ 4.050,00
<b>Shirley Silveira Andrade</b>	Mestre R\$ 90,00	Improbidade Administrativa e	15	R\$ 1.350,00
<b>Silvalino Ferreira de Araújo</b>	Mestre R\$ 90,00	Responsabilidade civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos	15	R\$ 1.350,00
<b>Luciano Carlos Ferreira</b>	Mestre R\$ 90,00	Leis Orçamentárias, Responsabilidade Fiscal, Fiscalização dos Tribunais de Contas e Procedimentos Processuais	30	R\$ 2.700,00
<b>Joilma Fortes Leão Moura</b>	Mestre R\$ 90,00	Metodologia da Pesquisa e Preparação para a Monografia	15	R\$ 1.350,00
<b>José Damião Trindade Rocha</b>	Mestre R\$ 90,00	Docência Universitária	60	R\$ 5.400,00
		Avaliação da monografia 50XR\$ 200,00		R\$ 10.000,00
		<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>R\$ 47.500,00</b>

### 7.3 – Encargos incidentes sobre serviços de apoio

Incidência	Contribuição INSS 20% sobre	Meses	Custo mensal	Total
Coordenador Luciano C. Ferreira	R\$ 1500,00	14	R\$ 300,00	R\$ 4.200,00
Secretária	R\$ 550,00	14	R\$ 110,00	R\$ 1.540,00
Motorista	R\$ 100,00	14	R\$ 20,00	R\$ 280,00
Copeira	R\$ 300,00	14	R\$ 60,00	R\$ 840,00
			<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 6.860,00</b>

#### 7.3.1– Encargos incidentes sobre hora/aula dos docentes

Incidência	Contribuição INSS 20% sobre	Total
Módulo I	R\$ 1.350,00	R\$ 270,00
Módulo II	R\$ 2.700,00	R\$ 540,00
Módulo III	R\$ 1.050,00	R\$ 210,00
Módulo IV	R\$ 1.350,00	R\$ 270,00
Módulo V	R\$ 2.700,00	R\$ 540,00
Módulo VI	R\$ 4.050,00	R\$ 810,00
Módulo VII	R\$ 2.700,00	R\$ 540,00
Módulo VIII	R\$ 1.350,00	R\$ 270,00
Módulo IX	R\$ 1.050,00	R\$ 210,00
Módulo X	R\$ 3.000,00	R\$ 600,00
Módulo XI	R\$ 4.050,00	R\$ 810,00
Módulo XII	R\$1.350,00	R\$ 270,00
Módulo XIII	R\$1.350,00	R\$ 270,00
Módulo XIV	R\$ 2.700,00	R\$ 540,00
Módulo XV	R\$ 1.350,00	R\$ 270,00
Módulo XVI	R\$ 5.400,00	R\$ 1.080,00
<b>Orientação monografia</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>R\$ 2.000,00</b>

**Subtotal = R\$ 9.500,00**

#### 7.4 – Despesas com materiais e terceiros

<b>Tipo de despesa</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Individual</b>	<b>Valor total</b>
Cópias (50 apostilas com 50 páginas X 16)	40.000	R\$ 0,10	<b>R\$ 4.000,00</b>
Encardenações	800	R\$ 2,10	<b>R\$ 1.680,00</b>
Alimentação (2 dias – 1 professor a cada 3 (três) meses - palestrante)	4 (quatro)	R\$ 230,00	<b>R\$ 920,00</b>
Hospedagem(2 dias – 1 professor a cada 3 (três) meses - palestrante)	4 (quatro)	R\$ 380,00	<b>R\$ 1.520,00</b>
Coфе Break (aula inaugural e final) 60 pessoas	2 (duas)	R\$ 14,00	<b>R\$ 1.680,00</b>
Passagem aérea (ida e volta) professor palestrante	4 (quatro)	R\$ 1.300,00	<b>R\$ 5.200,00</b>
Honorários palestrante- 1 jurisconsulto a cada 3 (três) meses	4 (quatro)	R\$ 3.000,00	<b>R\$ 12.000,00</b>
Combustível	420 litros	R\$ 2,76	<b>R\$ 1.159,20</b>
Papel A4	20 resmas	R\$ 12,00	<b>R\$ 240,00</b>
Pastas de polietileno	50 unidades	R\$ 1,40	<b>R\$ 70,00</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 28.159,20</b>
<b>Fapto</b>		10%	<b>R\$ 18.300,00</b>
<b>Inadimplência</b>		30%	<b>R\$ 50.400,00</b>
<b>Reserva imprevistos</b>			<b>R\$ 5.490,80</b>

**Subtotal R\$ 74.191,00**

**Total R\$ 102.350,00**